

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.617 – Brasília, quinta-feira, 21 de junho de 2007

Moreira/Viatz



À mesa com Adelmir Santana (E) e Sibá Machado, Wellington anuncia renúncia

Conselho de Ética traça cronograma para investigações

Comissão definirá hoje cronograma para investigações destinadas a embasar representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. Relator Wellington Salgado renunciou. **Página 3**



Senadores e jornalistas lotam a sala de reunião do Conselho de Ética

Moreira/Viatz

Timemania pode ajudar clubes pequenos

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto alterando a lei que criou a Timemania, concurso de prognósticos da Caixa Econômica Federal que envolve 80 times de futebol. Os senadores acataram emenda de Sérgio Zambiasi que estende a todos os pequenos times que tenham disputado campeonatos estaduais há pelo menos dois anos o direito de pagar em até 240 meses suas dívidas com INSS, Receita Federal e FGTS. A lei da Timemania só permitia a renegociação aos clubes das séries A, B e C. O projeto, que retorna ao exame dos deputados, inclui as entidades de saúde envolvidas na reabilitação física de portadores de deficiência entre os beneficiados com recursos dessa loteria. **Página 5**

Falta de controladores limita número de vôos, admite militar

A existência de um déficit de 600 controladores de vôo foi admitida, na CPI do Apagão Aéreo, pelo diretor-geral do Departamento de Controle de Espaço Aéreo, major-brigadeiro-do-ar Ramon Borges Cardoso. O

major também disse que os equipamentos de rádio e radar “não são obsoletos”. Já o presidente da Embratel, Carlos Henrique Moreira, explicou que quem contrata uso de satélite responde por sua segurança. **Página 7**

Ab'Saber cobra proteção para floresta amazônica

O geógrafo Aziz Ab'Saber afirmou, na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, que não é correto prever a

transformação da floresta amazônica numa savana, mas que se torna necessário protegê-la da ação predatória. **Página 8**

Presidente da República Dominicana visita Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, explicou ontem ao presidente da República Dominicana, Leonel Fernández Reyna, como funciona o Parlamento brasileiro. **Página 2**

J.Freitas

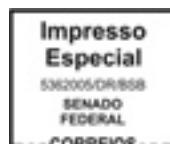


Quintanilha (E) e Viana ouvem Carlos Henrique, ao lado de Gustavo Silbert, da Star One

Garibaldi/Viegas



Na reunião, Leonel Fernández (E), Renan, Heráclito, Eduardo Azeredo e Edison Lobão



Leonel Fernández Reyna é recebido em audiência pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e conhece as atribuições do Parlamento e de suas comissões permanentes

Presidente da República Dominicana visita o Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da República Dominicana, Leonel Fernández Reyna, que, em visita ao Brasil, manifestou interesse em conhecer o funcionamento do Parlamento brasileiro. O encontro foi acompanhado pelos senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Edison Lobão (DEM-MA), além de autoridades diplomáticas.

Renan explicou a Leonel Fernández o funcionamento do Senado, as atribuições da Casa e de suas comissões permanentes. Falou também sobre algumas características do sistema eleitoral



Renan (D) expõe a Leonel Fernández Reyna o funcionamento do Parlamento brasileiro

brasileiro e fez defesa do voto obrigatório.

Na avaliação do presidente do Senado, o voto facultativo

acabaria por favorecer a parcela do eleitorado que detém mais informações, excluindo a maioria da população brasileira.

Papaléo apresenta projeto que muda artigo do Código Civil

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) anunciou ter apresentado projeto (PLS 336/07) que visa alterar uma palavra no artigo 53 do novo Código Civil (Lei 10.406/02), aprovado em 2002. No texto, está estabelecido que as associações são entidades em que as pessoas se organizam "para fins não econômicos". O senador quer fixar que as associações não devam ter fins "lucrativos", substituindo assim a palavra "econômicos".

Papaléo explica que as associações às vezes têm de promover alguma atividade econômica para que sobrevivam e continuem prestando serviços. Citou como exemplo a venda de brindes, camisetas, chaveiros e outros produtos.

– Não se questiona a determinação de que às associações seja vedado o exercício de atividades com fins lucrativos. Esse, afinal, é o espírito da lei, e me parece correto – assinalou.



Papaléo quer assegurar a realização de atividades econômicas por associações

O objetivo do Código Civil, ressaltou, é impedir que tais entidades tenham atividades lucrativas e distribuam valores aos associados. Isso, destacou Papaléo, continuará proibido pela legislação.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão deliberativa às 14h

O Plenário do Senado realiza sessão deliberativa às 14h e tem a pauta trancada por dois projetos de conversão e três medidas provisórias. Entre os itens que bloqueiam a agenda, está a proposta que institui o Auxílio de Avaliação Educacional, direcionado a servidores do Ministério da Educação.



CDH retoma debate sobre antecipação da maioria

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) reúne-se às 9h em audiência pública para continuar o debate sobre a antecipação da maioria penal. Estão convidados para

a reunião, entre outros, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Raimundo Cezar Britto Aragão, o jurista Dalmo Dallari e o sociólogo e jornalista José Maria e Silva.

Educação continua ciclo de palestras sobre o PDE

As idéias propostas para a educação brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) voltam a ser discutidas pela Comissão de Educação (CE), em audiência pública, às 10h. Para este novo debate foram convidados o presidente da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Lemos Petta; o

presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas, José Bezerra Diniz; o superintendente do Instituto Euvaldo Lodi da Confederação Nacional da Indústria, Carlos Roberto Rocha Cavalcante; e o professor da Universidade de Brasília Marcos Formiga.

Curso sobre evolução histórica de ioga

Com o apoio do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), será realizado hoje o curso Cronologia Histórica da Ioga, às 15h, na sala 15

da Ala Alexandre Costa, do Senado. Promovido pela Federação de Ioga do Distrito Federal, o curso será ministrado por DeRose.

Bloqueadores de celular

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se em audiência, às 11h, para discutir o projeto que determina às empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal a instalação de bloqueadores de celulares nas penitenciárias estaduais e federais. Entre os convidados, está o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Abramovay.

Criação de novas ZPEs

Às 11h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa sete proposições, entre elas três projetos que tratam da criação de zona de processamento de exportação (ZPE) em Rosário, Barreirinhas e Imperatriz, no Maranhão. Também deve ser votado projeto que inclui municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Gerson Camata, Papaléo Paes e Mão Santa

Necessidade de completar perícia em documentos e de estudar caso com maior profundidade leva a deliberação consensual de se buscar novo rumo para trabalhos

Fotos: Moreta/Maptz



Entre Adelmir (E), Sibá e Tuma (D), Wellington diz ter formado convicção a respeito do caso e estar pronto para relatar a representação, mas renuncia diante da deliberação do conselho de continuar exame do processo

Conselho decide continuar investigação sobre Renan

Por consenso, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decidiu ontem continuar investigando o presidente do Senado, Renan Calheiros, com base na representação encaminhada pelo PSOL. O partido pediu que o conselho apurasse se Renan teve despesas pessoais pagas pela empreiteira Mendes Júnior, conforme denúncia publicada pela revista Veja.

A reunião de ontem estava marcada para a leitura e apreciação do relatório de Epitácio Cafeteira (PTB-MA) – que se afastou por problemas de saúde –, com acréscimos do relator ad hoc, Wellington Salgado (PMDB-MG). Também poderiam ser apreciados os votos em separado de Demostenes Torres (DEM-GO), Jefferson Péres (PDT-AM) e Marconi Perillo (GO), este em nome do PSDB. A maioria dos senadores, entretanto, pronunciou-se pela continuidade das investigações, o que levou à renúncia de Wellington Salgado.

Diante do que classificou como “consenso”, o presidente do conselho, Sibá Machado (PT-AC), obteve a concordância do plenário para a formação de uma comissão que traçará hoje, a partir das 10h, os passos e o novo cronograma para as investigações, inclusive com a possibilidade de oitiva de Renan Calheiros.

Por meio do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e ainda durante os debates, Renan manifestou seu interesse em comparecer ao conselho hoje, mas houve ponderações no sentido de que as investigações sejam aprofundadas antes de ouvi-lo. O colegiado abriu ao presidente do Senado a possibilidade de enviar novos documentos que comprovem ser ele o dono dos recursos utilizados no pagamento de obrigações com uma filha fora do casamento.

Por volta das 22h, ao deixar o seu gabinete, Renan Calheiros declarou-se novamente disposto

a comparecer ao conselho.

– Se for necessário, comparecerei ao Conselho de Ética. Mas só se for necessário – frisou.

Vários senadores manifestaram a necessidade de esclarecimentos sobre os resultados da perícia feita pelo Instituto de Criminalística da Polícia Federal em documentos apresentados por Renan para comprovar que obteve R\$ 1,9 milhão com atividades agropecuárias entre 2003 e 2006. José Nery (PSOL-PA), Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (DEM-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP), Valter Pereira (PMDB-MS), Demostenes Torres, Marconi Perillo, Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Marisa Serrano (PSDB-MS) mostraram-se preocupados com o fato de a perícia a cargo da PF não ter sido conclusiva, lançando dúvidas

sobre aspectos da documentação. Um desses pontos é a divergência entre informações das notas fiscais da venda de gado e das guias de transporte.

Pesaram também a favor da continuidade das investigações as críticas partidas da opinião pública a respeito do modo como foi

Bloco de Apoio ao Governo quer limite de tempo e de objetos nas investigações do Conselho de Ética

conduzido o processo contra Renan Calheiros.

– Senti-me constrangida com a última reunião. É preciso ver que estamos sendo julgados pelas ruas. Nunca vi um conselho que nem regimento tem – assinalou Marisa Serrano.

Também Sérgio Guerra manifestou-se sobre o encaminhamento dos trabalhos.

– Estamos dando um exemplo de desordem. Não investigamos nada. Quem está investigando é a imprensa – resumiu.

Os limites das apurações foram objeto de discussão. Demostenes Torres apoiou a decisão dos peritos da PF de ir além da investigação feita pelo conselho sobre a autenticidade das notas fiscais, guias de transporte e comprovantes de vacinas. Contra a posição de senadores como Almeida Lima (PMDB-SE) e Gilvam Borges (PMDB-AP), Marisa Serrano opinou no sentido de que a Polícia Federal esclareça se o gado foi efetivamente vendido e se as empresas que aparecem como compradoras existem e se estão em dia com o fisco.

Tanto Jucá como a líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), posicionaram-se a favor de que a nova fase das investigações tenha limites de tempo e de objeto. Embora concordando com a necessidade de um prazo, Sérgio Guerra é de opinião que se deve levar em conta em primeiro lugar a recuperação da credibilidade do Senado.

Wellington: laudo da Polícia Federal é suficiente para formar convicção

Em menos de 24 horas na relatoria da representação contra Renan Calheiros, Wellington Salgado se declarou pronto para sustentar perante o Conselho de Ética o documento que pedia o arquivamento do processo iniciado pelo PSOL. Segundo ele, a leitura do laudo pericial da Polícia Federal por si só possibilita a qualquer senador decidir sobre a inocência ou culpa do presidente do Senado.

Pouco antes da renúncia de Wellington, José Nery havia pedido sua substituição na relatoria. Nery argumentou que o senador é réu em um processo referente à cessão de um terreno da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade

(CNEC), em Goiânia, à Universo, faculdade que pertence à família Salgado. Na época, Renan Calheiros era presidente da CNEC. Wellington Salgado afirmou que o informante de José Nery sobre o caso deveria “estar usando algum entorpecente ilegal”.

Em desabafo à imprensa, ele falou em jogo sujo. “Quando o jogo se transformou em luta para ver quem vai colocar a coroa na cabeça [numa referência a uma suposta luta nos bastidores para que Renan renuncie e outro senador concorra à Presidência do Senado], percebi que era melhor renunciar”, disse o parlamentar.

Grupo de trabalho define hoje os rumos da apuração das denúncias

Mesmo sem a definição de um novo relator, o grupo de trabalho encarregado de traçar o cronograma da apuração da suposta quebra de decoro parlamentar de Renan Calheiros vai se reunir hoje de manhã. O anúncio foi feito pelo presidente do Conselho de Ética, Sibá Machado.

De acordo com Sibá, o novo relator deve ser buscado, inicialmente, na bancada do governo. “Não havendo possibilidade, se avança para outras bancadas”, disse.

Os nomes relacionados por Sibá para compor o grupo de trabalho são: ele próprio, Adelmir Santana (DEM-DF),

Sérgio Guerra, Demostenes Torres e Romero Tuma (DEM-SP). O representante do PMDB no grupo será nomeado após consulta à liderança do partido. De acordo com o presidente do conselho, o grupo vai apontar questões ainda não respondidas e estimar o tempo necessário ao esclarecimento dos fatos.

Sibá Machado também informou que está descartado o comparecimento de Renan Calheiros, hoje, ao conselho – o presidente do Senado havia expressado ao líder do governo, Romero Jucá, seu desejo de ser ouvido pelo órgão.

“Não conquistei a Presidência do Senado por acaso. Tenho uma história, tenho uma biografia. A minha vida está aberta, as minhas vísceras estão abertas”



Roosevelt/Prélio

Suplicy defende esclarecimentos e exame mais aprofundado dos documentos

Suplicy pede a Renan que vá ao Conselho de Ética

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez ontem à tarde, em Plenário, um apelo ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que compareça espontaneamente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e esclareça dúvidas relativas à representação por quebra de decoro parlamentar movida contra ele pelo PSOL.

Segundo ponderou Suplicy, o laudo da Polícia Federal sobre os documentos apresentados por Renan apontaria indícios de irregularidades, o que justificaria um exame mais aprofundado da documentação e esclarecimentos diretos de Renan aos membros do conselho.

Se essas etapas não forem cumpridas, Suplicy acredita não ser possível votar o relatório de Epitácio Cafeteira (PTB-MA), acolhido pelo novo relator, Wellington Salgado (PMDB-MG), que defendia o arquivamento da representação contra o presidente do Senado (Wellington renunciou ontem). Apesar do pronunciamento de Renan em Plenário, no final de maio, e dos esclarecimentos prestados ao Conselho de Ética por seu advogado, Eduardo Ferrão, Suplicy entende que só quem viveu a realidade dos fatos poderá apresentar elementos de convicção mais completos.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) questionou se a posição de Suplicy era isolada ou refletia o pensamento da bancada do PT. Suplicy explicou que essa convicção era compartilhada por Augusto Botelho (PT-RR) e Renato Casagrande (PSB-ES), indicados para o Conselho de Ética pelo Bloco de Apoio ao Governo. Suplicy também cumprimentou o presidente do Conselho de Ética, Sibá Machado (PT-AC), pelo encaminhamento da documentação entregue por Renan para perícia da Polícia Federal e da Secretaria de Controle Interno do Senado.

Renan: “Minha expectativa é que a verdade prevaleça”

“Aquele que está pensando que, por causa de uma denúncia feita sem nenhum documento, eu vou deixar o Senado, está redondamente enganado. Só quem não conheceminha biografia e minha história pode pensar isso.” A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao chegar na manhã de ontem ao prédio do Congresso e ser cercado por jornalistas interessados em saber se ele renunciará à Presidência da Casa.

– Não conquistei a Presidência do Senado por acaso. Tenho uma história, tenho uma biografia. A minha vida está aberta, as minhas vísceras foram expostas. Eu falei a verdade, apenas a verdade, e comprovei com fatos – assinalou Renan.

O presidente do Senado foi indagado sobre sua expectativa a respeito da representação que tramita no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na qual o PSOL pede que se investigue se houve quebra de decoro parlamentar por parte de Renan.

– Minha expectativa é a melhor possível: que a verdade prevaleça. Todas as maledicências que disseram contra mim, eu consegui, contra elas, produzir as provas negativas. Sou um homem de luta. Renúncia é uma palavra que não existe no meu dicionário. Fiz o que precisava ser feito. Agora resta ao conselho decidir – destacou.

Renan ressaltou que apresentou todas as provas cabíveis para comprovar a autenticidade dos documentos por ele arrolados em sua defesa, no Conselho de Ética, no sentido de responder às denúncias contidas em matéria da revista *Veja* e utilizadas pelo PSOL na representação, de que pagou pensão alimentícia a uma filha menor mediante favores de um executivo da empreiteira Mendes Júnior. O que ele não pode, conforme explicou, é entrar em detalhes, por exemplo, sobre as empresas compradoras.

– Se quem comprou o gado



Jane Araújo

Renan afirma que contestou com provas todas as denúncias: “Renúncia não existe no meu dicionário”

pagou imposto ou não pagou, o problema não é meu, é de quem comprou o gado. Eu paguei imposto sobre a maior alíquota.

Sem precedentes

Ao ser informado de que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que ele vá à reunião do Conselho de Ética, Renan afirmou que, o que for necessário fazer, fará, para a elucidação dos fatos. Mas disse que nenhuma redundância ajuda nesse processo.

– Esse é um precedente nunca visto na história do Brasil, em 180 anos de Senado. Um senador ter que abrir suas vísceras, mostrar seus cheques, para provar que todas as vendas de gado que fez foram pagas com cheque, e ficar inteiramente à disposição para responder a qualquer outra acusação, a qualquer outra crítica, a qualquer outra maledicência.

Em toda a entrevista, concedida ao longo do caminho até seu gabinete, Renan enfatizou que está tranquilo e que já foi testado em muitas lutas.

– Este é meu estado de espírito. Agora, dizerem “o senador admite deixar o cargo”, “há pressão da opinião pública”, só quem não me conhece diz isso. Eu sou homem de luta, forjado na luta. A palavra renúncia não existe no meu dicionário. Sou presidente do Senado, me elegi pela quase unanimidade dos senadores na primeira vez. Me elegi com 52 votos na segunda vez. Represento a Casa e não vou estar aquém da necessidade, da autoridade da Casa – declarou.

Questionado sobre os apelos

feitos em Plenário pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Jefferson Péres (PDT-AM) em favor de sua renúncia ao cargo de presidente, Renan disse que não tem sofrido pressão nenhuma nesse sentido.

– Não haverá apelo nenhum por que não há nenhuma acusação contra mim, nada. Tudo o que foi levantado foi provado contrariamente, absolutamente tudo. Como é que se quebra o decoro parlamentar sem ter uma acusação? Se há uma acusação, há uma acusação. Mas tudo o que foi dito foi provado contrariamente. Nunca houve aqui no Senado o caso de alguém dizer uma coisa e alguém fazer uma prova contrária porque, na hierarquia das provas, a prova contrária é a mais difícil de ser feita. Se alguém tiver alguma prova contra mim, vamos ver aquela prova, mas não há prova. Eu não perdi o direito da dúvida, que é um direito mundialmente assegurado em qualquer democracia. E mais: eu apresentei a prova contrária. Para tudo o que disseram, eu demonstrei diferentemente com documento.

Na mesma entrevista, Renan disse que já foi iniciada, na semana passada, a votação do relatório do senador Epitácio Cafeteira, primeiro relator da representação no Conselho de Ética – função entregue ao senador Wellington Salgado (PMDB-MG), que renunciou ontem. Renan acrescentou que a votação foi apenas suspensa e que agora deverá prosseguir. E reafirmou:

– Essa decisão não é minha, é do Conselho de Ética. Respeitarei qualquer decisão do Conselho de Ética – ressaltou.

Paulo Duque diz que não há crise e apóia senador

Depois de fazer uma retrospectiva da história do Brasil e de enumerar vários dos momentos de instabilidade política que o país enfrentou desde a proclamação da República, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) concluiu ontem que as crises são inerentes à própria democracia. Nesse sentido, ele opinou que a crise que a imprensa noticia haver hoje no Congresso Nacional não é uma crise de verdade. Por isso, ele declarou antecipadamente ao senador Renan Calheiros (quando este assumiu a presidência dos trabalhos, durante o pronunciamento) que votaria a seu favor em qualquer situação.

– Não vejo nenhum tipo de crise hoje, nenhum perigo em relação à Presidência do Senado. Gostaria que as decisões do Conselho de Ética estivessem sendo tomadas neste Plenário. Eu votaria em aberto, sem nenhum receio. Quero dizer ao presidente Renan que voto a favor de vossa excelência em qualquer situação que haja. Quero repetir que o meu voto é a favor de vossa excelência, sim, e o faço tranquilamente na presença do rádio, da televisão, da imprensa e de qualquer revista.

O senador lembrou episódios da história, os quais, estes sim, teriam implicado instabilidades verdadeiras. O primeiro deles foi a renúncia do marechal Deodoro da Fonseca, presidente eleito logo após a proclamação da República. Outras renúncias de presidentes foram citadas por Paulo Duque, como as de Jânio Quadros e de Fernando Collor.

Paulo Duque destacou, porém, que a grande crise, a grande tragédia brasileira ocorreu com o suicídio de Getúlio Vargas, depois que ele comandou os destinos do país durante 15 anos como ditador e quatro anos eleito presidente pelo voto popular.



Roosevelt/Prélio

Paulo Duque faz retrospectiva: grande tragédia ocorreu com Getúlio Vargas



Tasso Jereissati (C) preside audiência com Maria Helena Zockun e Fernando Rezende

Pesquisadora defende profunda mudança no sistema tributário

Em audiência pública na Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, a coordenadora de Pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Maria Helena Zockun, defendeu uma reestruturação ampla do sistema tributário nacional.

Segundo a pesquisadora, o Brasil necessita de uma mudança no sistema de cobrança de impostos que o torne equânime e competitivo, permitindo que as pessoas sejam tributadas de acordo com sua renda e que as empresas tenham o menor custo possível para cumprir suas obrigações fiscais.

– O Brasil precisa de algo muito profundo: uma mudança no sistema tributário que devolva a ele aquilo que a teoria econômica recomenda para um sistema racional – disse Maria Helena Zockun.

Entre as propostas de alteração

do atual sistema, ela sugeriu o corte de despesas com a Previdência Social e – respondendo a questionamento do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) – a fusão, em apenas dois, dos nove tributos que hoje respondem por 77% da arrecadação total do país.

Sustentando igualmente a necessidade de uma reforma geral no sistema tributário, o professor da Fundação Getúlio Vargas, Fernando Antônio Rezende da Silva, outro convidado para o debate, considerou muito oportuna a conjuntura atual para a implementação de mudanças. Para ele, o sentimento de insatisfação existente em todos os setores da sociedade com o sistema atual e o fato de a economia brasileira estar mantendo taxas de crescimento adequadas possibilitam um ambiente mais favorável a mudanças.

João Ribeiro comemora aprovação das zonas de exportação pela CAE

João Ribeiro (PR-TO) aplaudiu a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do projeto que institui as zonas de processamento de exportação (ZPEs). O senador afirmou que, depois de visitar a China, recentemente, concluiu que o Brasil poderia estar em posição semelhante à daquele país no mercado mundial, caso as zonas de processamento de exportação tivessem sido implantadas há 20 anos, conforme o desejo do então presidente José Sarney e atual senador pelo Amapá.

Segundo João Ribeiro, Sarney foi o “patrono” da iniciativa, por ser o autor da proposição (PLS 146/96). O senador por Tocantins acredita que, com o acordo de lideranças feito na semana passada em reunião na Presidência do Senado, o projeto tem condições de ser apreciado e aprovado rapidamente pelo Plenário.

Das 17 ZPEs em implantação no país, salientou o senador, quatro estão em fase adiantada. Uma



João Ribeiro: ZPE que será instalada no Tocantins incentivará geração de renda

delas será instalada no município de Araguaína (TO) ao lado de um distrito industrial criado por ele quando foi prefeito daquela cidade, afirmou João Ribeiro. Com isso, avalia, haverá grande incentivo à geração de emprego e renda na região. Expedito Júnior (PR-RO) disse que seu estado também tem uma ZPE em condições de funcionar. Cícero Lucena (PSDB-PB) assinalou acreditar na rápida aprovação do projeto devido à “unanimidade sobre a sua importância para o Brasil”.

Senado acata emenda de Zambiasi para estender a clubes fora das séries A, B e C a possibilidade de pagar dívidas em até 240 meses. Matéria volta agora para a Câmara

Plenário inclui ajuda a clubes pequenos na MP da Timemania

O Plenário aprovou ontem o projeto de conversão da medida provisória que alterou a lei sobre a Timemania – concurso de prognósticos da Caixa Econômica Federal que envolve 80 times de futebol – para, entre outras coisas, ampliar o prazo para que os clubes em dívida com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com a Receita Federal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aderissem à renegociação.

Os senadores concordaram com uma emenda feita à proposta (PLV 16/07, proveniente da MP 358/07) pelo relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), estendendo a todos os pequenos times que tenham disputado campeonatos estaduais há pelo menos dois anos o direito de pagar suas dívidas em até 240 meses. A lei que criou a Timemania só dava direito à renegociação aos clubes das séries A, B e C (primeira, segunda e terceira divisão). Agora, o prazo irá até a data em que for publicada



Zambiasi relatou a proposta no Senado e manteve mudanças feitas pelos deputados

a regulamentação da loteria.

Por causa das mudanças, o PLV 16/07 terá de ser examinado novamente pelos deputados. Na Câmara, a medida provisória recebeu várias emendas, entre elas uma que aumentou de 180 para 240 meses o prazo para pagamento das dívidas renegociadas.

Os deputados já haviam aprovado outras modificações na MP 358/07, inclusive uma anistia de 50% nas multas que incidem no

parcelamento das dívidas.

Os senadores não mexeram nas mudanças dos deputados, mas acrescentaram outras. Além de estender aos pequenos clubes a renegociação, os senadores apoiaram emenda de Sérgio Zambiasi que autoriza esses novos times a discutirem suas dívidas sem desistir de ações que movem contra o fisco. O projeto de lei de conversão acrescenta as entidades de saúde de reabilitação física de portadores de deficiência entre os beneficiados com recursos da Timemania, dentro da cota de 3% do total arrecadado já direcionado para as santas casas de Misericórdia e as entidades hospitalares sem fins econômicos.

A Timemania deverá arrecadar anualmente, conforme previsão da Caixa feita no ano passado, cerca de R\$ 500 milhões. O dinheiro terá vários destinatários. Os clubes de futebol das séries A, B e C ficarão com 22%, enquanto 46% constituirão os prêmios dos acertadores da nova loteria.

Livro traz depoimento de Archer sobre energia nuclear

Em solenidade na Biblioteca do Senado, foi lançado ontem o livro Renato Archer: energia atômica, soberania e desenvolvimento, que reúne uma série de entrevistas feitas com o primeiro titular do Ministério da Ciência e Tecnologia, no governo José Sarney. O livro foi elaborado pelo historiador João Carlos Vitor Garcia e pelo jornalista Álvaro Rocha Filho.

O lançamento foi no aniversário de 11 anos da morte do maranhense Archer, que era oficial da Marinha. Mesmo não sendo cientista nem engenheiro, ele firmou-se como referência central no debate científico do país como defensor do programa nuclear, com participação ativa nos principais eventos relacionados à política científica e tecnológica realizados nas décadas de 50 a 90. Segundo o autor Rocha Filho, o livro é um retrato da trajetória acidentada da questão nuclear no Brasil e dá a exata medida das oportunidades históricas desperdiçadas desde o fim da 2ª Guerra Mundial.

– Renato Archer defendeu a tese factual de que a institucio-



Sarney (E) cumprimenta Rocha Filho, ao lado de Maria da Glória Acher e Simone Bastos

nalização da política de ciência e tecnologia é uma decorrência direta da política de energia nuclear de Getúlio Vargas. Com a sinalização atual, ainda tímida, para a retomada do programa atômico, achamos que se trata de um momento oportuno para lançar este livro – afirmou.

O senador José Sarney (PMDB-AP), presente ao evento, assinalou o “grande espírito público e o grande patriotismo” de Archer quando implantou o Ministério da Ciência e Tecnologia. Sarney lembrou que, no seu governo, cresceu muito o número de bolsas

de estudo concedidas para brasileiros em centros de excelência no exterior, graças ao trabalho desenvolvido por Archer.

Também estiveram presentes ao lançamento os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ) e Heráclito Fortes (DEM-PI); os deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Mauro Benevides (PMDB-CE) e Aldo Rebelo (PCdoB-SP); os irmãos de Archer, Ruy e Ronaldo; e a esposa do ex-ministro, Maria da Glória Archer, que doou o acervo bibliográfico do marido para a Biblioteca do Senado, dirigida por Simone Bastos.

Senador anuncia apresentação de emenda constitucional para mudar forma de eleição de deputados e vereadores. Voto distrital seria implantado em 2014, após transição

Dornelles propõe eleição majoritária para deputados

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) anunciou ontem, em Plenário, a apresentação de proposta de emenda constitucional que modifica a forma de eleição de deputados federais, estaduais, distritais e vereadores, que passaria do atual sistema proporcional – que leva em conta os votos do partido – para o majoritário, em que é eleito o candidato mais votado.

– O sistema proporcional é um sistema falido, faz com que o eleitor vote em um candidato e veja eleito outro com o qual não tem afinidade – argumentou.

A proposta (PEC 54/07) determina, para as eleições gerais de 2014, a adoção do voto distrital:



Dornelles: sistema em que eleitor vota em um candidato e eleger outro está falido

cada estado seria dividido em regiões e os deputados mais votados nessas localidades obteriam o mandato, todos tendo vínculo mais forte com a comunidade

local. Para as próximas eleições, Dornelles avalia não haver tempo suficiente para que se faça o desenho dos distritos. Assim, ele sugere um processo de transição para 2010 que contenha os princípios do sistema majoritário.

– Para 2010, defendo um sistema que podemos chamar de “distritão”. Cada estado seria um distrito e os candidatos mais votados seriam os eleitos e ocupariam uma vaga na Câmara – explicou.

O senador fez um apelo à Casa para que a matéria seja analisada no âmbito da reforma política. A PEC tramita na Comissão de Justiça (CCJ) e aguarda designação de relator.

Mão Santa critica governo Lula por criação de cargos comissionados

Em pronunciamento no Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu ao presidente Lula que retire a medida provisória (MP) que autorizou a abertura de 626 postos comissionados no governo federal, elevando para 22.189 o número total desses servidores públicos. A MP foi publicada no Diário Oficial e cria novos cargos de direção e assessoramento de nível superior (DAS), que oferecem salários entre R\$ 1,9 mil e R\$ 10,4 mil.

Para Mão Santa, com a edição da MP, o governo só corrobora sua política de apadrinhamento político para fortalecer sua base, agigantando a máquina administrativa “e fazendo o país afundar como um Titanic”. Com os re-

ursos gastos em um ano – R\$ 23 milhões –, disse o senador, “daria para se concluir o Porto de Luís Correia e construir uma ferrovia para o Piauí”.

– É um absurdo o número de cargos comissionados neste governo. Existem funcionários já gabaritados para exercer essas funções. Não há necessidade – protestou, lembrando que o presidente dos Estados Unidos, George Bush, só tem direito a 4,5 mil cargos em comissão e o primeiro-ministro da Inglaterra, a somente 350.

Na opinião do senador, o presidente Lula estaria caminhando na contramão da história ao promover o inchaço do governo por meio de contratações que con-



Crescimento da máquina administrativa “faz o país afundar”, afirma Mão Santa

trariam o princípio hierárquico da administração federal.

Mão Santa questionou ainda a criação da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo e a nomeação de um crítico do governo, o filósofo Mangabeira Unger, para o cargo de secretário.

– Isto é uma vergonha, como diz o jornalista Boris Casoy – finalizou.

tra que Vavá não fez o tráfico de influência de que está sendo acusado, pois “as denúncias não guardam nexos com os fatos”. O senador ressaltou que Vavá é um homem simples, de classe média, e que, por ser irmão do presidente da República, “é abordado por todo mundo”.

– O presidente Lula deveria se orgulhar da simplicidade da sua família. Acho que foi até um exagero o presidente chamar o irmão de lambari. Não tenho muita simpatia pelo PT, mas admiro a família do Lula – concluiu.



Para Camata, irmão do presidente da República é “abordado por todo mundo”

irmão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Camata leu alguns trechos do artigo em que Gaspari demons-

Camata elogia artigo de Elio Gaspari sobre Vavá

O artigo escrito pelo jornalista Elio Gaspari e publicado em grandes jornais no último domingo, sob o título “Vavá está sendo linchado”, foi elogiado em Plenário pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES). Ele concordou com o jornalista quando afirma que o alvo do linchamento não é Genival Inácio da Silva, o Vavá, mas seu

Garibaldi relata visita ao Parlamento da Inglaterra

Garibaldi Alves filho (PMDB-RN) relatou, em discurso no Plenário, visita oficial que fez ao Parlamento inglês, na semana passada, ao lado dos senadores Heráclito Fortes (DEM-PI) e João Tenório (PSDB-AL). Garibaldi informou que a viagem foi feita a convite do Parlamento da Inglaterra, e incluiu visita à Confederação das Indústrias do Reino Unido.

Os senadores brasileiros foram acompanhados por membros do grupo britânico da União Interparlamentar do Reino Unido e parlamentares de outros países, além de deputados federais brasileiros. Nos encontros, foram discutidas questões como educação, crescimento econômico e saúde.

A primeira reunião da comitiva foi na Confederação da Indústria Britânica, com o chefe do grupo internacional, Gary Campkin, e o chefe do departamento da África e América, Richard White. Durante a explanação dos palestrantes, Campkin disse ter uma visão otimista do Brasil para o comércio e também para futuros investimentos turísticos.

Garibaldi informou que os senadores discutiram com membros do Parlamento britânico temas como relações bilaterais entre Brasil e Inglaterra; aquecimento global; Mercosul e investimentos econômicos. Essa reunião foi presidida por Nick Hurd – membro do Legislativo inglês.

Segundo Garibaldi, políticos de outros países que participaram do encontro em Londres demonstraram muito interesse no crescimento econômico do Brasil, na preservação da Amazônia e na difusão de fontes alternativas



Garibaldi informa que Heráclito e João Tenório integraram comitiva a Londres

de energia, como, por exemplo, o etanol.

Garibaldi aproveitou para ressaltar a necessidade de o Brasil priorizar investimentos no setor turístico, principalmente no Nordeste, para que os turistas europeus possam ter uma estada menos cansativa, pois têm de desembarcar em São Paulo antes de se dirigirem para os estados nordestinos. O senador também opinou que os governantes brasileiros devem lutar, na próxima reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), contra as barreiras tarifárias das nações desenvolvidas.

Em aparte, Heráclito Fortes destacou o êxito da viagem e afirmou ter percebido que os ingleses estão interessados em investir no Brasil. O senador João Tenório ressaltou “a curiosidade e a expectativa” demonstradas pelos britânicos em relação à contribuição do Brasil para reduzir os problemas do aquecimento global. Comentou ainda o respeito dos parlamentares ingleses pelo tempo alheio e o “rigor com que eles utilizam o tempo para executar seus eventos”.

Monarquia parlamentarista formada por quatro nações

O Reino Unido é um Estado soberano formado por quatro nações: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Compreende ainda territórios e várias possessões espalhados pelo mundo, como as ilhas Cayman, Bermudas e ilhas Falklands (também conhecidas como Malvinas).

Formalmente, o Reino Unido é uma monarquia parlamentarista, com o Poder Legislativo investido num governo (government) eleito e o Poder Executivo investido num conselho de ministros (cabinet) liderado

pelo primeiro-ministro, cujo poder, em nome do monarca, presta contas ao Parlamento e, por meio deste, ao eleitorado. É governado a partir da capital, Londres. O atual monarca e chefe de Estado é a rainha Elizabeth II, que subiu ao trono em 1952.

O Reino Unido é um Estado centralizado, com o Parlamento de Westminster, em Londres, responsável pela maioria do poder político. Mas, em 1999, foram criados o Parlamento da Escócia e a Assembléia Nacional para Gales.

Exedito Júnior apóia greve do Datasus

O senador Exedito Júnior (PR-RO) expressou ontem, em Plenário, sua solidariedade aos servidores do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), que iniciaram um movimento grevista no último dia 4. Eles reivindicam o reconhecimento do governo como vencimento básico a uma diferença salarial que recebem há 15 anos.

– São quase 100 mil servidores que dão suporte de informática ao SUS que estão com suas atividades paralisadas por tempo indeterminado, aguardando a abertura de um canal para negociar com o Ministério da Saúde, o Ministério do Planejamento ou a Casa Civil – informou.

O reconhecimento reivindicado deve ser feito pela alteração da Lei 8.270/91 – que dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores públicos e corrige e reestrutura tabelas de vencimentos. Assim, a diferença de vencimentos poderá servir de base para o cálculo de gratificações e adicionais.

Protesto

Conforme informações publicadas pelo site do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef), a categoria decidiu entrar em greve também para protestar contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 01/07, que propõe limite a investimentos públicos.

A paralisação dos servidores do Datasus – órgão responsável pelo suporte de informática no processo de planejamento, operação e controle do SUS – deixa comprometido o setor informacional da área de saúde.

Em audiência na CPI do Apagão Aéreo, diretor-geral do Departamento de Controle de Espaço Aéreo garante que aparelhos utilizados no Brasil não são obsoletos

Militar afirma que controle aéreo do país usa tecnologia de nível mundial

O diretor-geral do Departamento de Controle de Espaço Aéreo (Decea), major-brigadeiro-do-ar Ramon Borges Cardoso, declarou ontem, durante audiência na Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que os equipamentos de rádio e radar utilizados no controle de vôos no país “não são obsoletos”.

Essa afirmação reforça a oposição entre a cúpula da Aeronáutica e os controladores de vôo do país. Enquanto estes últimos alegam, desde o desastre aéreo ocorrido em setembro passado, que têm de trabalhar com aparelhos ultrapassados, o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, vem reiterando que o sistema de tráfego aéreo brasileiro é “seguro e moderno”.

Ao ser questionado pelo presidente da comissão, senador Tião Viana (PT-AC), sobre a eficiência do sistema, Ramon Cardoso afirmou que



Quintanilha (E), Zambiasi e o major-brigadeiro-do-ar Ramon Borges Cardoso

os equipamentos utilizados no país apresentam “um nível mundial de tecnologia”, e que ocorre o mesmo com os softwares (programas) nacionais.

O senador João Pedro (PT-AM) perguntou ao diretor-geral do Decea sobre quais foram as medidas adotadas pelo departamento após o acidente com o Boeing da Gol em setembro, quando morreram 154 pessoas. O major respondeu que, a partir de então, “passou-se a ter um cuidado muito maior com o número de tráfegos controlados, o que levou à redução do número de vôos existentes em cada um dos setores do sistema”.

Falta de controladores limita número de vôos no país

Ao ser questionado pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) sobre a falta de controladores no sistema de tráfego aéreo do país, Ramon Borges Cardoso declarou que “esse é o grande problema”, pois haveria um déficit de 600 profissionais. Ele também afirmou que a falta de pessoal vem limitando o aumento do número de vôos neste ano, principalmente em Brasília e nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Leomar Quintanilha substituiu o senador Demostenes Torres (DEM-GO) no papel de relator da CPI do Apagão Aéreo. O diretor-geral do Decea destacou que as instalações do sistema de controle de tráfego aéreo permitem monitorar, na verdade, um número ainda maior de aeronaves do que o atual, mas que isso não ocorre devido à falta de profissionais. Segundo Cardoso, a capacidade de controle, hoje, é de aproximadamente 4 mil vôos por dia.

O militar acrescentou que os pedidos de novos vôos feitos pelas companhias aéreas são analisados por seu departamento e pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Ele ainda negou que a falta de pessoal resulte em sobrecarga de trabalho para os atuais controladores. Conforme o diretor, essa carga é de 156 horas por mês para cada profissional.

– É por isso que não aumentamos o número de vôos controlados: para manter a segurança e respeitar a carga de trabalho dos controladores – explicou o major, ao ressaltar ainda a expectativa do ingresso de 600 novos profissionais no sistema até o fim de 2008 devido à abertura de novas turmas para a formação de controladores militares.

JFretas

Novos atrasos

Já sobre os atrasos ocorridos nos vôos da última terça-feira, que, conforme suspeitas levantadas, seriam consequência de uma nova operação-padrão por parte dos controladores, Ramon Cardoso declarou, em entrevista concedida logo após a audiência, que houve uma “dificuldade da área técnica”. O militar afirmou que, “enquanto os controladores julgavam que os monitores não estavam em condições de ser utilizados, a área técnica dava o parecer de que esses monitores estavam, sim, em condições de ser operados”.

– Como é o controlador quem dá a palavra final quanto à segurança dos vôos, fizemos a troca dos monitores. E, durante a troca, que não é rápida, houve essa demora – declarou o diretor-geral do Decea, ao ser questionado sobre uma manifestação dos controladores visando a uma nova greve.

Quem contrata uso do satélite é responsável por segurança

O presidente da Embratel, Carlos Henrique Moreira, explicou, na reunião da CPI do Apagão Aéreo, que a empresa apenas fornece espaço em seus satélites para os usuários que contratam o serviço, mas que o próprio usuário é o responsável pela forma de transmissão e também pela segurança para utilização do serviço. O dirigente comparou o sigilo garantido por uma transmissão via satélite ao de uma linha de telefone.

Segundo o presidente da Embratel, a empresa tem uma rede de satélites e a Aeronáutica é uma das grandes usuárias de seus serviços, inclusive para controle aéreo. Mas, destacou, a forma como a rede é usada e configurada é de responsabilidade da Aeronáutica.

Carlos Henrique Moreira informou que a empresa está começando a fazer testes visando à substituição da tecnologia de radar pela tecnologia por satélite no controle de vôo, mas, garantiu, o sistema de radar sempre será mantido em funcionamento por segurança, mesmo que seja implantado um sistema por satélite.

Em relação à chamada banda X, o presidente da Embratel disse que se trata de uma faixa de satélite destinada a uso militar e que a empresa, por uma questão de segurança, não tem conhecimento de como as Forças Armadas utilizam o sistema.

– O governo brasileiro tem todo o domínio sobre essa banda – afirmou.

Também participou da reunião o diretor-presidente da empresa de telecomunicações via satélite Star One, Gustavo Soares Silbert. Ele explicou que a Embratel é dona de 80% da Star One – os outros 20% são da General Electric.



Roosevelt/Thaio

Ministro não deve colocar “faca no pescoço” dos grevistas, diz Campos

Jayme Campos pede diálogo com servidores do Incra

Jayme Campos (DEM-MT) fez ontem um apelo ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, pela retomada do diálogo com os servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em greve desde o dia 21 de maio.

– Peço ao ministro Paulo Bernardo que se dispa do radicalismo e faça um gesto em direção ao entendimento, negociando com os servidores sem colocar-lhes a faca no pescoço e ameaçando com o corte de ponto e o desconto dos dias parados – pediu.

O senador afirmou que a principal reivindicação dos funcionários é o realinhamento salarial. Segundo Jayme Campos, há uma enorme disparidade entre os vencimentos dos servidores do instituto e os demais servidores públicos federais.

– Trata-se de um movimento reivindicatório necessário e justo – disse.

Valores

Conforme o parlamentar, que citou dados divulgados pelo comando de greve da autarquia, um trabalhador de nível intermediário em início de carreira no Incra recebe R\$ 1.731, enquanto um servidor do mesmo padrão do Banco Central recebe R\$ 4.221. No nível superior, prosseguiu ele, as disparidades seriam ainda mais graves, em sua opinião: enquanto o piso no Incra é de R\$ 2.838, um funcionário da Superintendência de Seguros Privados (Susep) ganha R\$ 8.160.

Os funcionários também reivindicam a reestruturação das carreiras, a reposição das perdas salariais e o fortalecimento da gestão do órgão, informou Jayme Campos.

Senadores lembram trajetória de grupo de comunicação e destacam sua abertura à promoção de debates políticos



Paulo Saad Jafet (E), João Carlos Saad, Efraim Morais, Flávio Lara Rezende e Mário Baccei

Sessão especial homenageia 70 anos do Grupo Bandeirantes

Os 70 anos do Grupo Bandeirantes de Comunicação foram celebrados ontem em sessão especial do Senado, presidida por Renan Calheiros. A homenagem refere-se ao dia 6 de maio de 1937, data em que entrou no ar a Rádio Bandeirantes, primeira empresa do grupo.

A homenagem foi proposta por Efraim Morais (DEM-PB). A sessão contou com a presença do presidente do Grupo Bandeirantes, João Carlos Saad; dos vice-presi-

dentos Paulo Saad Jafet e Marcelo Meira; do diretor-geral da Rádio e Televisão Bandeirantes, Flávio Lara Rezende; do vice-presidente de Rádio do Grupo Bandeirantes, Mário Baccei; da diretora do Grupo Bandeirantes Márcia Saad, e outras autoridades.

A Bandeirantes foi a primeira emissora de rádio a transmitir sua programação 24 horas por dia e se tornou referência no país na cobertura jornalística e em transmissões esportivas.

RENAN CALHEIROS

Não existe democracia sem liberdade de imprensa, nem qualquer chance de participação ativa no cenário nacional sem acesso à informação, disse Renan Calheiros, em sessão especial em homenagem aos 70 anos do Grupo Bandeirantes. "Mas temos de estar atentos. Liberdade de imprensa exige equilíbrio, serenidade, ética e responsabilidade", alertou. O presidente do Senado ressaltou a aposta do grupo no jornalismo, a seu ver sempre pautado "pela independência e pelo espírito crítico".

EFRAIM MORAIS

Autor do requerimento da sessão, Efraim Morais lembrou que, em 1947, João Jorge Saad assumiu o controle da Rádio Bandeirantes e começou a expandir suas atividades, formando uma rede de emissoras. Seus ideais, disse o senador, sempre foram manter essa rede "essencialmente brasileira, defensora da livre iniciativa e da democracia, empenhada na luta pela educação".

ROMEY TUMA

O Grupo Bandeirantes acompanha a própria história nacional, de acordo com Romey Tuma (DEM-SP). Segundo o senador, "João Jorge Saad nunca se comprometeu com segmento ideológico e sempre abriu as emissoras para o povo, dando-lhe a possibilidade do debate". Nem mesmo um grande incêndio que ocorreu na TV Bandeirantes abateu seu fundador, disse Tuma.

SERYS SLHESARENKO

A importância de uma atuação responsável e correta da imprensa foi ressaltada por Serys Slhessarenko (PT-MT). Ao Grupo Bandeirantes, a senadora desejou a continuidade de produção de "um jornalismo sério, prestador de serviços e defensor da justiça". Serys ressaltou os 22 anos de tradição da empresa na organização e transmissão de debates políticos no país.

MARCELO CRIVELLA

Líder do PRB, Marcelo Crivella (RJ), elogiou a Rede Bandeirantes por abrir espaço, no horário nobre, para programas de orientação evangélica. Segundo o senador, a empresa pode se considerar uma "vencedora" por contar com 70 anos de experiência no rádio e 40 na televisão. Para ele, a marca Band está "guardada com carinho no coração de cada brasileiro".

Expedito sugere projeto de lei sobre cisão do Ibama

A transformação em projeto de lei da medida provisória que divide o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e cria o Instituto Chico Mendes foi defendida por Expedito Júnior (PR-RO).

Segundo o senador, os servidores do Ibama não foram consultados sobre a mudança e estão em greve desde a edição dessa medida (MP 366/07), transformada em projeto de lei de conversão (PLV 19/07) durante votação na Câmara dos Deputados.

Os servidores em greve acusam a MP de desestruturar o Ibama como instrumento de gestão ambiental. Expedito Júnior se diz favorável à reestruturação do órgão, mas não da forma proposta pelo governo. Na sua opinião, essa cisão precisa ter sua discussão aprofundada em audiências públicas nas comissões permanentes do Senado.

Um dos receios do senador é de que a fragmentação do Ibama leve a uma demora ainda maior na liberação de licenças ambientais. Ele aponta ainda o risco de organizações não-governamentais (ONGs) assumirem atividades do Ibama, por meio de contratação pelo Instituto Chico Mendes.

De acordo com Expedito, caberá a esse instituto – que não teria quadro de pessoal consolidado – gerir R\$ 10 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para projetos ambientais, com total autonomia para celebrar acordos, contratos e convênios.



Expedito quer transformar MP em projeto para aprofundar discussão

Savanização na Amazônia é causada pelo homem, afirma geógrafo

Em audiência na Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas que debateu, ontem, o impacto da nova realidade climática nos biomas brasileiros, o geógrafo Aziz Ab'Saber contestou a previsão feita por alguns especialistas de que o aquecimento global poderá transformar a Floresta Amazônica em uma área típica de cerrado. No entanto, afirmou que são necessárias medidas mais efetivas para proteger o ecossistema da ação predatória do homem.

– A savanização ocorrida na Amazônia foi feita pelos homens: madeireiros, pecuaristas e loteadores. Entre Marabá e Carajás, no Pará, a destruição do ecossistema regional é generalizada – disse.

Ab'Saber defendeu maiores investimentos nas universidades e institutos de pesquisa para a realização de estudos sistemáticos das mudanças do clima. Segundo ele, muitas vezes as alterações atribuídas ao aquecimento global estão, na verdade, relacionadas a fenômenos de periodicidade climática, caracterizada por ciclos de seca. No caso da elevação do nível dos oceanos, avaliou, serão necessários entre 30 e 60 anos para uma avaliação mais precisa



Aziz Ab'Saber questiona previsões sobre efeitos do aquecimento global

sobre sua dinâmica.

– O planeta começou, há cerca de 12 mil anos, uma transição para climas mais quentes, fenômeno chamado retropicalização. Entre 6 e 5 mil anos atrás, o calor chegou a ponto de elevar o nível do mar em 2,80 a 3 metros.

Durante o debate, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o Brasil precisa estimular o uso de veículos de transporte não poluidores, como a bicicleta. Inácio Arruda (PCdoB-CE) chamou a atenção para a necessidade de proteger os chamados "refugiados climáticos", pessoas que são obrigadas a migrar, expulsas pelo avanço da desertificação ou pela inundação das áreas costeiras e ribeirinhas.

Mozarildo: Al Gore mascara interesse político na luta contra aquecimento

O verdadeiro objetivo do ex-vice-presidente norte-americano Al Gore ao produzir o documentário Uma verdade inconveniente, sobre o aquecimento global, foi contestado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). De acordo com o senador, o filme tem uma "intenção publicitária", voltada para o futuro lançamento da candidatura de Al Gore à Presidência dos Estados Unidos em 2008.

Mozarildo citou opiniões de entidades e cientistas renomados mundialmente que consideramos argumentos do ex-vice-presidente dos EUA "exagerados e alarmistas, com previsões catastróficas". O cientista da Agência Espacial Norte-Americana (Nasa), James Hansen – conselheiro da campanha político-ambiental de Al Gore –, já admitiu, segundo o senador, haver imprecisões no filme.

– Para o eminente geólogo Don Easterbrook, devemos temperar as afirmações de Al Gore com informações e dados reais.

O senador não nega a necessidade de as mudanças climáticas serem enfrentadas em escala mundial. Reafirmou, no entanto, sua posição de que deve haver



Documentário é publicidade para futura campanha à Presidência, diz Mozarildo

uma política diferenciada de responsabilização para os países desenvolvidos e para os países em desenvolvimento.

Mozarildo elogiou a posição assumida pelo presidente Lula, em recente reunião do G-8, de cobrar dos países desenvolvidos que assumissem as responsabilidades propostas no Protocolo de Kyoto e ignoradas principalmente pelos Estados Unidos.

O senador avaliou declaração atribuída a Al Gore – "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós" – como pretexto para justificar um desrespeito à soberania brasileira.